

Aula: Gestação de Substituição - Aspectos Psicológicos

Apresentada no II Simpósio de Direito Biomédico OAB – Belo Horizonte, Junho de 2011

Autora: Cássia Cançado Avelar

GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO NO BRASIL

Conselho Federal de Medicina - Resolução 1.358/92

Normas  ticas sobre a gestação de substituição (doação temporária de útero):

As clínicas, centros ou serviç os de reprodução humana podem usar técnicas de RA para criarem a situação identificada como gestação de substituição, desde que exista um problema médico que impeça ou contraindique a gestação na doadora genética.

1 – As doadoras temporárias do útero devem pertencer   família da doadora genética, num parentesco até o segundo grau, sendo os demais casos sujeitos   autorização do Conselho Regional de Medicina.

2 – A doação temporária do útero não poderá ter caráter lucrativo ou comercial.

Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais – Resolução n . 291/2007

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e visando a dar cumprimento aos termos da Lei 3.268/57 e da Resolução CFM 1.358/92, dispõe sobre a substituição uterina e dá outras providências.

Art. 1 - Verificada a necessidade de o casal recorrer a substituição uterina para gerar filhos, não sendo a doadora uterina parente da donatária até o segundo grau, deverão ser apresentados, ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, para fins de homologação da proposta de realização do procedimento referido:

I – termo de consentimento, firmado pela doadora, pelo marido ou companheiro dessa, pela donatária do útero, pelo marido ou companheiro dessa e por duas testemunhas, visando à realização do procedimento;

II – laudo de avaliação psicológica, favorável   realização do procedimento de substituição uterina, da doadora, pelo marido ou companheiro dessa, da donatária do útero e do marido ou companheiro dessa;

III – termo de ciência, firmado pela doadora, pelo marido ou companheiro dessa, pela donatária do útero e pelo marido ou companheiro dessa, de que o médico somente poderá realizar o procedimento, se a doação uterina não tiver fins lucrativos;

IV – laudo de avaliação clínica da doadora uterina, favorável a sua participação no processo de gestação pretendido.

  1  – Recebido pedido de avaliação da conveniência de realizar-se o procedimento de substituição uterina, deverá ser instaurado processo de homologação de proposta de realização de procedimento de substituição uterina.

  2  – Do termo de consentimento a que se refere o inciso I deste artigo, deverão constar informações sobre os riscos psicológicos e clínicos do procedimento.

Art. 2 - Esta resolução entra em vigor na presente data.

Conselho Federal de Medicina - Resolução n  1.957/2010

Considerando a necessidade de harmonizar o uso dessas técnicas com os princípios da  tica médica; **Considerando**, finalmente, o decidido na sessão plenária do Conselho Federal de Medicina realizada em 15 de dezembro de 2010,

Resolve

Art. 1  - Adotar as **NORMAS  TICAS PARA A UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA**, anexas   presente resolução, como dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos.

Art. 2  Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CFM n  1.358/92, publicada no DOU, seção I, de 19 de novembro de 1992, página 16053.

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2010

VII - SOBRE A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO (DOAÇÃO TEMPORÁRIA DO ÚTERO)

As clínicas, centros ou serviç os de reprodução humana podem usar técnicas de RA para criarem a situação identificada como gestação de substituição, desde que exista um problema médico que impeça ou contra indique a gestação na doadora genética.

1 - As doadoras temporárias do útero devem pertencer   família da doadora genética, num parentesco até o segundo grau, sendo os demais casos sujeitos   autorização do Conselho Regional de Medicina.

2 - A doação temporária do útero não poderá ter caráter lucrativo ou comercial

Tratamento de útero de Substituição na Pr -Criar, Belo Horizonte/MG:

Antes do início do tratamento

Consulta médica – indicação do tratamento para pacientes que retiraram o útero (histerectomia), nasceram sem útero ou vagina ou que apresentam alterações importantes da cavidade uterina (aderências importantes, miomas múltiplos, adenomiose extensa).

Consulta Psicológica
Avaliação Casal
Avaliação Doadora Temporária útero
Se a doadora for casada – consulta individual com marido para avaliação
Se doadora tiver filho(s) – avaliação psicológica
Parecer Psicológico

Doadora temporária do útero é parente de 1º ou 2º grau da mãe biológica

Caso tenha parecer psicológico favorável
Comitê de Ética da clínica - Avaliação parecer médico e psicológico
Parecer favorável do Comitê de Ética, é encaminhada para o médico para iniciar tratamento.

Doadora temporária do útero sem vínculo de parentesco com a mãe biológica

Parecer favorável da psicologia e do comitê de ética da clínica
Encaminhado documentação ao Conselho Regional de Medicina (CRM) para homologação da proposta de realização do procedimento referido
Se deferido pelo CRM, inicia-se tratamento

Acompanhamento Psicológico durante o tratamento

Acompanhamento do casal, da doadora temporária do útero e família no decorrer do tratamento:
durante a estimulação ovariana
no dia da transferência embrionária
após resultado negativo ou positivo

Acompanhamento psicológico durante a gravidez

Acompanhamento Psicológico trimestral durante a gravidez - do casal, da doadora temporária do útero e família
Orientação à equipe médica – parto
Orientação à mãe biológica (internação hospitalar e indução para amamentação)
Presença pais biológicos na sala de parto. Mãe biológica recebe o filho logo após seu nascimento

Considerações Finais - Aspectos éticos

Ao consideramos o casal infértil, a doadora temporária do útero não poderia ser também parente de 1º e 2º grau do pai biológico?

- Somente casais formalmente constituídos poderiam dispor destes recursos?
- Solteiras e solteiros, homoafetivos ou não, teriam vez no uso destas novas tecnologias?

Para tantas questões, e outras mais, não existem respostas prontas. Acredito que a discussão bioética está começando, uma vez que a tecnologia da reprodução tem trazido ao centro do debate novos grupos que não se encaixam na definição clássica da família nuclear.

E é este o nosso propósito aqui hoje!